

ERROS NA AQUISIÇÃO DE VERBOS COM ALTERNÂNCIA VOCÁLICA: UMA ANÁLISE SÓCIO-INTERACIONISTA¹

Irani Rodrigues MALDONADE

RESUMO *Este artigo buscou interpretar os erros na aquisição dos verbos com alternância vocálica na fala de M (gravada semanalmente de 1;06 a 4;6) a luz dos processos metafóricos e metonímicos, propostos por De Lemos (1992). De acordo com esta proposta, o erro é visto como produto de relações que se estabelecem na fala da criança. A dependência da fala do outro está marcada pela manutenção da abertura da vogal do radical na fala da criança, tal como é na terceira pessoa do singular, revelando uma semelhança com a fala do outro, ao mesmo tempo em que ocorre uma substituição, pela marcação do /o/ desinencial. Uma descrição dos verbos com alternância vocálica no português é realizada. Dos estudos em aquisição da linguagem do português destaca-se o de Perroni-Simões (1976), por ter chegado a abordar o mesmo tema. A seguir, o modelo sócio-interacionista é apresentado antes da análise de dados, que é seguida das conclusões.*

PALAVRAS- CHAVE: *alternância vocálica/ processos metafóricos e metonímicos*

ABSTRACT *This paper tried to interpret the mistakes in the acquisition on vocalic alternation verbs in M's speech (recorded weekly from 1;06 to 4;6) by metaphorical and metonymical processes, proposed by De Lemos (1992). According to this proposal, the mistake is understood like product of relations that are established on child speech. The dependence on the other's speech is marked by the maintenance of the opening of the root vowel in the child speech as it is in the third person of singular, revealing the similarity with the other's speech, at the same time that occurs a substitution by the /o/ desinencial mark. A description about vocalic alternation verbs in portuguese is done. Among portuguese language acquisition studies, the work of Perroni-Simões (1976) is approached because of its contribution to the study of the theme. At last, the social-interacionist model is presented before the data analysis, that is followed by the conclusions.*

KEY-WORDS: *vocalic alternation/ metaphorical and metonymical processes*

¹ Texto resultante da Dissertação de Mestrado com o mesmo título apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, no dia 14 de julho de 1995, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Attié Figueira

Este artigo representa um resumo de minha dissertação de mestrado apresentada em julho de 1995 no Instituto de Estudos da Linguagem na UNICAMP na área de Aquisição da Linguagem. Por este motivo, remeto o leitor à leitura do original caso haja algum ponto de pouca clareza. Após a introdução ao tema, uma seção é destinada à descrição dos verbos com alternância vocálica no português, outra, aos estudos em aquisição da linguagem que chegaram a abordar o mesmo tema, e a seguir, uma breve apresentação ao sócio-interacionismo (quadro teórico em que este trabalho se insere) é feita antes da análise dos dados, que é seguida das considerações finais.

O objetivo inicial da dissertação era analisar os erros com verbos na fala de duas crianças brasileiras: Marcela (M daqui para frente), nascida em 03//09/86, e Ana Cláudia, (AC), em 31/08/86. As duas crianças foram gravadas por mim, semanalmente, de 1;8 aos 4;6². Além desta fonte de dados há uma outra: um caderno-diário para cada uma das crianças.

Uma definição mais clara das condições de tempo levou-me logo a restringir o trabalho, de modo a optar por analisar apenas os erros com verbos na fala de M. Por volta dos dois anos, a fala desta criança se destacou pela quantidade de erros deste tipo. A mesma proporção não era observada na fala de AC, na mesma idade. Em segundo lugar, constituía-se para mim um desafio tentar elaborar uma análise baseada na concepção sócio-interacionista para tais erros. Sabe-se que o tema da aquisição verbal sempre provocou divisões em torno das concepções a respeito da aquisição da linguagem. Seriam as categorias e estruturas lingüísticas inatas ou seriam produto de relações contituídas pela criança na interação com o outro? (O outro, entendido aqui como instância de funcionamento da língua, conforme De Lemos, 1992). Tratava-se, afinal, de estudar um tema já abordado anteriormente. Sabe-se, de antemão, que erros com verbos são até certo ponto esperados na fala, não apenas de crianças em processo de aquisição do português, mas também na de crianças falantes de outras línguas.

É importante que se deixe claro, aqui, que a noção de erro, que se adota neste trabalho, não é, obviamente, aquela recoberta pelo sentido pejorativo que este termo guarda no uso corrente. Dispensando-me, portanto, de substituí-lo por sinônimos como “desvio” ou “ocorrência divergente”, dado ser ele termo usual e muito difundido na literatura em aquisição da linguagem. Atualmente, há uma tendência de se especificar melhor alguns tipos de erros como sendo reorganizacionais, conforme apontado por Figueira³, quando se trata de uma ocorrência que indica, para o investigador, “uma sistematização ou alinhamento de formas e estruturas” (op. cit, p.1). O erro em aquisição da linguagem é, sem dúvida, o lugar no qual se torna transparente a relação da criança com a língua/linguagem. Desta forma, a palavra erro poderá até, parecer inapropriada neste contexto, por tratar-se de “um processo original de constituição de significação, muitas vezes sem paralelo com a fala adulta” (v. Figueira, 1994), ou podendo chegar a ter o caráter de enigma, como aponta M. T. Lemos (1994).

² Os números separados por ponto e vírgula, e depois por ponto, representam a idade de M nas ocorrências transcritas. As maiúsculas indicam as iniciais dos nomes das pessoas do diálogo.

³Ver “Erro e Enigma na Aquisição da Linguagem”, apresentado no III Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem, 1994, PUC-RS. A sair nos anais do Encontro.

Se o erro é hoje alçado a uma posição de destaque, é oportuno que se ressalte que nem sempre foi assim, na história da área. Antes, foi comum uma certa “higienização dos dados” como, por exemplo, no trabalho de Brown (1973). Deve-se ter presente que, embora o erro não fosse o escopo da análise, de algum modo sua importância era percebida como evidência de que a criança podia até criar, na sua fala, itens que nunca tivesse ouvido antes, fato que atestaria sua competência lingüística. Este argumento foi explorado até as últimas conseqüências, na década de 70, contra posturas behavioristas em aquisição da linguagem.

Pretende-se, aqui, que o erro seja concebido como o produto do movimento da língua na fala da criança, ou, ainda, como o resultado do estabelecimento de relações produzidas na fala desta, num dado momento de seu percurso na aquisição da linguagem que não deverá durar para sempre. Sabe-se que o resultado final desse processo é o desaparecimento das diferenças rotuladas como erros, ou, a perda da visibilidade das relações estabelecidas na fala da criança, ainda que continuem fazendo parte do funcionamento da língua, que fica como que “adormecido”, por assim dizer, estando prontas para emergir, “entrar em cena”; num momento em que, por alguma razão, afrouxa-se o controle do falante sobre sua fala. Assim, o que observar-se-á adiante na fala da criança é o aparecimento de ocorrências que serão vistas como corretas. Logo, o que há para ser descrito, é a mudança lingüística que se produz na sua fala. Não sendo as categorias inatas, nem emergindo estas por maturação, conforme o sócio-interacionismo, resta-nos saber de quais unidades se valeria o investigador para descrever a mudança na fala da criança.

Importante é interpretar o erro de acordo com a concepção de De Lemos (1992): como produto do movimento da língua na fala da criança, a partir do qual pode-se observar como as relações lingüísticas se estabelecem. Tal movimento passa pela incorporação de fragmentos lingüísticos da fala do outro na fala da criança. Fragmentos cuja procedência também se torna legítimo indagar. Desde o início da proposta sócio-interacionista (v. De Lemos, 1982,1985) até sua formulação mais recente (1992), permanece o diálogo como unidade de análise. Nele está inscrita a possibilidade de se relacionar a fala do adulto e a fala da criança. A fala da criança deve ser entendida como essencialmente ligada à fala do outro. Ela não deve ser tomada como unidade em si mesma.

Dos processos dialógicos descritos por De Lemos (1985), o da especularidade é o fundamento da teoria, “de um sujeito que só se vê através do outro”, conforme M. T. Lemos (1994). Mas, isto, segundo esta autora, levanta um problema para a hipótese sócio-interacionista: qual a relação desse processo com a ordem da língua? M. T. Lemos acrescenta que, o sócio-interacionismo, para ver sustentada sua hipótese, “se vê obrigado a responder mais positivamente pelo lingüístico”. Tal necessidade fica clara na medida em que se observam dados mais tardios, em que a presença do outro não determina a fala da criança, do mesmo modo que no início do processo de aquisição da linguagem, revelando, pelo contrário, uma certa autonomia.

O conceito de especularidade constitui um avanço para a teoria (na opinião de M. T. Lemos, com a qual concordo), pois não deixa de lado nem o sujeito, nem a língua⁴. O que tais considerações têm a ver com o problema de descrever os erros com verbos na fala de M? Tudo, como se vai ver. A especularidade, ou esta, como pode ser retomada pelos processos de ressignificação propostos por De Lemos (1992), nada mais é que o processo que se mostra adequado para abordar as primeiras formas produzidas pela criança. O que se observa na fala de M, inicialmente, é uma dependência de sua fala à de seu interlocutor. Dependência que se reflete nos diálogos, nos quais a fala da criança reproduz especularmente a fala do outro, anterior a qualquer marca desinencial de pessoa; e também, mais tarde, nos diálogos em que já há uma marca de pessoa (-o), nos verbos de alternância vocálica, sem que tenha havido a correspondente alteração na vogal do radical, ficando esta ainda “presa” aos ecos da fala do outro.

Três classes de erros foram observadas na fala de M: a classe das regularizações, exemplificadas por ocorrências tais como **sabo** e **fazi**; a classe das alternâncias vocálicas, a qual me detive, em que constam erros como **escrevo**, **dómo** e **tóssso**; e a classe das formas que envolvem um cruzamento de flexões de diferentes classes de conjugação, exemplificadas por erros como **tomeu** e **tomi** (para tomou e tomei) e **tossê** (para tossir). A análise se concentra na segunda classe. As duas outras constituem objeto para análise futura.

ALGUMAS DESCRIÇÕES DOS VERBOS COM ALTERNÂNCIA VOCÁLICA:

Neste ponto, torna-se pertinente saber sobre as descrições disponíveis para os verbos que apresentam alternância vocálica no português. As gramáticas normativas descrevem como regulares os verbos que apresentam alternância vocálica. São aqueles verbos nos quais se verifica alteração na vogal do radical, quando nela recai o acento tônico. A alternância ocorre quando se tem no radical do verbo as vogais médias /e/ e /o/. Não se pode desprezar as conjugações verbais ao se tratar dos verbos que apresentam alternância vocálica, uma vez que estas impõem diferenças paradigmáticas importantes entre esses verbos: para a 1a. conjugação, as vogais /e/ e /o/ realizam-se abertas sempre; para a 2a. conjugação, as vogais /e/ e /o/ realizam-se: fechadas para a 1a. pessoa do singular e, abertas para as demais; para a 3a. conjugação, as vogais /e/ e /o/ realizam-se: altas /i/ ou /u/ para a 1a. pessoa do singular e, abertas para as demais. Com relação às exceções, pode-se considerar como barreiras fonológicas os ambientes de nasalização, ditongação e palatalização. Cabe lembrar que, os autores nem sempre estão de acordo quanto a incluir os verbos de 1a. conjugação entre os que apresentam alternância vocálica. Vale acrescentar também, que as descrições tomam a língua sempre como um sistema, descrevendo-a como um **produto**, em que algumas possibilidades de tecer relações já se cristalizaram e se fixaram à maneira de regras,

⁴ “A especularidade, diferentemente da imitação, é atravessada pelo jogo simbólico da estrutura (que, pela própria presença da especularidade, não é mais Una, pois supõe o sujeito e o Outro).” (M. T. Lemos, 1994, p.145.)

enquanto que a criança está imersa em uma língua, envolvida com a heterogeneidade desta.

Câmara (1976) parte de uma descrição fonológica para a alternância vocálica, interpretando-a como um mecanismo morfológico, que marca secundariamente a pessoa gramatical, em redundância com a desinência. Trata-se de um elemento gramatical, no caso um sub-morfema, que está para marcação de pessoa em redundância com outro elemento, a desinência (v. Câmara 1967, p.112). A motivação para o estabelecimento da alternância vocálica no português se encontra na metafonía aplicada aos verbos latinos. O ponto de partida sustentado por Câmara (1976) é histórico. Seriam os radicais dos verbos latinos em /e/ e /o/, que na primeira pessoa do singular teriam sofrido metafonía exercida pela desinência /o/, e também a do /a/, do presente do subjuntivo. Por isso, há autores, como por exemplo Mateus (1989), que recorrem à diacronía para explicar a sincronía. Ela descreve a classe de verbos com alternância vocálica levando em consideração a formação dos tempos verbais do português. Por outro lado, há a descrição de Pontes (1973) que se atém somente à sincronía. Esta autora interpreta os verbos com alternância vocálica a partir de uma descrição em que elege a vogal média aberta como a **forma básica** do morfema, e, as outras, como variantes, para os verbos de 2a. e 3a. conjugações. Tais verbos apresentam a vogal da raiz média aberta (vogal seguida de consoante no tema) e contam com um alomorfe de tema para a primeira pessoa do singular e seus derivados, com a vogal mais fechada: média fechada (/e/ e /o/), para a 2a. conjugação e alta fechada (/i/ e /u/), para a 3a. conjugação. Deste modo, o grau de fechamento da vogal do radical é condicionado pela conjugação do verbo, e corresponde exatamente à vogal temática. A autora acomoda a diferença constatada no conceito disponível na abordagem estruturalista de alomorfe. Ao contrastar os verbos com alternância vocálica com os demais, a autora chega à conclusão de que os primeiros marcam a distinção entre as conjugações verbais, em **primeira pessoa do singular** no presente do indicativo. Para os demais verbos regulares valeria a regra geral de formação de primeira pessoa do singular (retirada da desinência de segunda pessoa do singular e, posteriormente, acréscimo da desinência /o/).

É importante ter em mente que, a **forma básica** não é uma evidência em si mesma. É, antes, fruto de uma escolha (metodológica) na apresentação da descrição de um subsistema lingüístico. Já em Câmara (1967), isso pode ser acomodado sob a seguinte variação: só em primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, naqueles verbos que apresentam alternância vocálica, é que se conserva o traço de abertura da vogal do radical, fenômeno considerado por ele como sendo o de um morfema cumulativo (ou redundante).

Refletindo-se sobre a criança, começando a falar o português, que está imersa em uma língua que é heterogênea, deve-se perguntar como é que ela é lançada nisto. Deve-se deixar claro que o fenômeno da alternância vocálica envolve a marcação de pessoa (ou vice-versa). Nos verbos do português, é só na primeira pessoa do singular, do presente do indicativo, dos verbos com alternância vocálica, que aparece a distinção entre as conjugações verbais. Na 1a. conjugação o fenômeno se apaga, pois não há variação da alternância entre as formas rizotônicas.

Lembrando que esta conjugação é a mais numerosa e nela se concentra o maior número de verbos regulares, seria possível que se indagasse, se não seria esta a **forma básica** eleita pela criança, a qual serviria de modelo para os verbos de 2a. e 3a. conjugações. Indo um pouco além, outra afirmação nesta direção poderia ser feita: ao se tomar a forma básica como sendo a da vogal média aberta (como em Pontes), a criança generalizaria para a 2a. e 3a. conjugações, falando **bébo** e **dómo**, por exemplo. Uma consideração mais detalhada poderia situar melhor esta questão, mostrando que, pelo menos para os dados de M, é insustentável.

Em primeiro lugar, deve-se perguntar se há prevalência das formas em 1a. conjugação sobre as demais na fala da criança. Conforme o que se observa dos dados de M (v. Maldonade, 1995, cap. III), isto não acontece. O que se verifica são cruzamentos entre todas as conjugações. E, o mais importante: a 1a. conjugação não emerge na fala de M antes das outras conjugações. Assim, não há razão para autorizar a suposição de que ela sirva de modelo para as outras conjugações. Pode-se, ademais, perceber pelos dados de M, que os verbos de 1a. conjugação também estão submetidos, na mesma faixa etária que os das outras conjugações, ao processo de especularidade, ou melhor, aos processos metafóricos e metonímicos; o que parece ser forte indicativo de que não poderia estar servindo de modelo para as outras conjugações, justificando, dessa forma, os erros da criança.

Mesmo afastando a hipótese de a 1a. conjugação servir de modelo para as outras, uma indagação poderia, ainda ser levantada: adquiriria a criança, **ao mesmo tempo**, a desinência /o/ (com a qual se marca a primeira pessoa do singular) e a mudança na qualidade da vogal a esta desinência associada?

Os dados de M mostram claramente que o acréscimo de /o/ desinencial ao radical não é desencadeador de um fenômeno instantâneo de harmonia. Ao contrário, o que parece ocorrer é o que poder-se-ia chamar de **desarmonia vocálica**. A meu ver, a abertura da vogal do radical nos verbos de alternância vocálica seriam resquícios / restos da fala do outro na fala da criança, num período da aquisição que já não pode ser aquele considerado de completa dependência da fala da criança com relação à do outro. O erro acontece justamente quando a criança começa a marcar - via desinência /o/ -, a sua pessoa, mas ainda conserva ecos (sonoros) da fala do interlocutor. Este tipo de interpretação só é possível por se fazer uma opção teórica, na qual se assume a fala do outro e a da criança como bastante imbricadas.

A ALTERNÂNCIA VOCÁLICA NOS ESTUDOS EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: A ANÁLISE DE PERRONI-SIMÕES E STOEL-GAMMON

O trabalho sobre a aquisição do português que merece destaque é o de Perroni-Simões (1976), pois nele se toca no tema da aquisição dos verbos com alternância vocálica. Trata-se de uma das primeiras teses sobre a aquisição do português,

apresentando-se como inspirado nas idéias da gramática gerativa da década de 70⁵. Para ela, a criança deveria adquirir a estratégia E.1pres. (regra obrigatória) para a formação da 1a. pessoa do singular do presente do indicativo, independentemente dos contextos oferecidos a ela pelo input. No caso dos verbos que apresentam alteração da vogal do radical, deveria realizar outra estratégia, a qual permitiria predizer quais verbos teriam que ser submetidos à regra de harmonia vocálica, que seria uma estratégia mais elaborada, segundo a autora, e que, por este motivo, demoraria mais tempo para a criança aprender. A criança deveria “saber”, de antemão, sobre as conjugações verbais.

A análise realizada por Perroni-Simões (1976) levantou a hipótese de a criança partir, na aquisição da flexão verbal, de uma **forma básica**, ou forma não-marcada, hipótese esta explorada em artigo publicado em 1977, em parceria com Stoel-Gammon. A análise da flexão de 1a. pessoa do singular é apresentada sob forma de regras, cuja generalização na fala da criança era muito evidente para elas. A novidade estava na explicação para o fenômeno: a criança partiria da 3a. pessoa do singular, como **forma básica**, forma da qual derivaria a de 1a. pessoa. As autoras apoiavam-se no fato de que havia alta frequência de formas em 3a. pessoa do singular na linguagem dirigida à criança e, também, no fato de que as próprias crianças se referiam usando a 3a. pessoa do singular.

A idéia de a criança iniciar a aquisição da flexão de 1a. pessoa do singular por uma forma básica (3a. pessoa do singular), defendida por Perroni-Simões e Stoel-Gammon (1977), foi sustentada quase dez anos depois por Bybee (1985), que investigava sobre a organização dos paradigmas. Os erros com os verbos de alternância vocálica (**dórm**, **tóss**, **escrevo** e outros) reforçariam esta hipótese. A partir da forma básica, a criança acrescentaria a desinência /o/, mas permaneceria com a vogal do radical aberta, constituindo-se tal fato em uma prova de que iniciaria a aquisição derivando a 1a. pessoa do singular, da forma de 3a. Para Bybee, a evidência oferecida pela aquisição da linguagem sugere que a relação básica de derivação constitui-se como uma relação muito forte entre as formas de um paradigma.

Neste sentido, a proposta de Bybee é compatível com a descrição oferecida por Pontes (1973), que elege a vogal média aberta como a **forma básica** do morfema para a alternância vocálica dos verbos que apresentam esta variação. Ora, é justamente esta vogal (a média aberta) que é sempre encontrada na 3a. pessoa do singular. Enquanto a preocupação de Pontes foi apenas a de descrever um paradigma, a de Bybee foi a de demonstrar como um paradigma se organiza.

Na realidade, os sujeitos KN (de Perroni-Simões) e M oferecem o mesmo conjunto de fatos: a desarmonia vocálica em **cómo**, **tóss**, **dómo** e outros. A interpretação que se dá a eles é que poderá ser diferente, a depender dos pressupostos teóricos assumidos por quem os analisa.

⁵Anos depois, a autora apresenta um estudo sobre o desenvolvimento do discurso narrativo, na linha sócio-interacionista, opondo-se fortemente às concepções inatistas para a aquisição da linguagem.

O SÓCIO-INTERACIONISMO

Um ponto crítico desta linha de pesquisa logo de início deve ser levantado, pois também se coloca no estudo do tema em questão. Segundo M. T Lemos (1994), “a relação entre esses processos (que chegaram a ser chamados “discursivos” por Lemos) com a ordem da língua - isto é, sua Alteridade - é que fica por realizar...”. Não é sem razão que, em seu trabalho mais recente De Lemos se dedica a tentar demonstrar como as propriedades estruturais da linguagem podem derivar-se de processos de interação lingüístico-discursivo, já que o sócio-interacionismo rejeita a análise da fala da criança como instanciação de categorias da descrição lingüística. De Lemos (1992) propõe uma alternativa para o impasse no artigo “Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismo de cambio”. Descrever a fala da criança significa descrever algo em constituição e, ao mesmo tempo, em mudança lingüística. Para isso, elabora uma proposta teórica apoiando-se no estruturalismo enquanto programa teórico. Valendo-se da leitura de Lacan, dois autores são trazidos à tona: Saussure e Jakobson.

De Saussure, recupera a idéia central da teoria de valor, na qual um signo não tem valor em si mesmo, só quando colocado em relação com outro signo. A grande vantagem está em se poder considerar as classes de unidades lingüísticas sempre como derivadas de relações. O valor faz parte da significação e está sempre por ser constituído. As relações, tal como definidas por Saussure são: paradigmáticas ou sintagmáticas, a primeira, feita em ausência com outra entidade, pela qual pode ser constituída; e a segunda, realizada na presença de outras entidades no eixo combinatório da linguagem, no da contigüidade.

Coube a Jakobson, quando do estudo das afasias e da fala inicial da criança, ampliar as noções de paradigma e sintagma para metáfora e metonímia, respectivamente. Para ele, a interação desses dois elementos é, na linguagem, particularmente marcante. A metáfora tem como efeito uma relação de semelhança. É a similitude que permite relacionar um termo metafórico com o que lhe substitui. Por sua vez, quem rege a metonímia é a contigüidade, a possibilidade de combinação entre entidades. É bem por isso, que De Lemos aponta para o fato de que a metáfora, ou o processo metafórico, se assenta tanto na ausência do elemento substituído, quanto na presença que dele se guarda na cadeia lingüística. Afirma ainda, que “na medida em que a cadeia/estrutura representa um elemento que nela está ausente enquanto posição na qual está inscrito, pode-se dizer que atua como o todo representando a parte”. O inverso também é verdadeiro: em cada elemento está inscrito sua posição na cadeia/estrutura e é nessa medida que o elemento pode representar toda a cadeia, enquanto a parte que representa o todo.” (De Lemos, op. cit, p.127).

A autora vê no estruturalismo, a possibilidade de os processos metafóricos e metonímicos permitirem considerar a relação de solidariedade entre as entidades na categorização que leva à construção dos subsistemas. A interação com o outro - que integra a concepção da hipótese sócio-interacionista, desenvolvida por De Lemos e colaboradoras desde sua formulação inicial -, permanece nesta proposta teórica como uma condição necessária para a aquisição da linguagem. O **outro** deve ser entendido

enquanto discurso ou instância de funcionamento da língua já constituída. Tal proposta consiste em submeter os significantes da criança a processos metafóricos e metonímicos, cujo efeito reverte em uma significação através de relações com outros significantes. Na aquisição inicial da linguagem, o enunciado da criança é ouvido e ressignificado pelo enunciado do adulto, uma vez que seus significantes são formas isoladas, cuja significação não pode ser extraída pela sua posição na cadeia em questão. A criança é falada pelo outro. Só depois dos processos metafóricos e metonímicos se cristalizarem em redes relacionais é que a criança passa a ouvir e ressignificar seus enunciados e, conseqüentemente, poderá assim, assumir a posição de intérprete de si mesmo e do outro.

A proposta de 1992 parece equacionar o problema de como descrever a fala da criança, sem que se parta de unidades pré-estabelecidas pela descrição lingüística. Não descarta também, nenhuma das direções tomadas anteriormente pelo sócio-interacionismo. A unidade de análise continua sendo o diálogo. Observa-se, contudo, que os processos dialógicos, repensados agora como processos metafóricos e metonímicos podem melhor responder à crítica de como a partir deles, chega-se a explicar a aquisição de estruturas lingüísticas. A “imitação”, redefinida pelo sócio-interacionismo como especularidade, na opinião de M. T. Lemos (1994), tem lugar central na teoria, e pode agora ser melhor integrada na proposta, principalmente porque consegue explicar como é que deste processo dialógico pode-se chegar à aquisição da língua enquanto sistematicidade. A especularidade, agora redefinida através dos processos metafóricos e metonímicos, vem responder mais positivamente sobre o lingüístico.

Assim como a noção de especularidade diferida, vista isoladamente, sem a complementaridade, não se distinguiria mais da imitação, a especularidade diferida redefinida, mostra também a indissociabilidade entre os processos metafóricos e metonímicos, ao ser recoberta pelos processos de ressignificação. O processo metafórico permite as substituições na cadeia lingüística (as que operam sobre o eixo paradigmático), enquanto o metonímico possibilita que se estabeleçam as combinações entre os significantes na cadeia lingüística. Apenas a substituição, não daria conta de explicar a formação da rede relacional que se formula como efeito das ressignificações. É preciso lançar mão de uma noção que permita relacionar, além das adjacências entre as falas da criança e do adulto, os textos em que elas se dão. Há indissociabilidade entre processo metafórico e metonímico. Não se pode negligenciar o fato de que a especularidade diferida estava na base tanto do processo de complementaridade como naquele de reciprocidade. A limitação da especularidade está em não conseguir dar conta de descrever a organização (distribuição) lingüística da fala da criança. Entender que a **cópia** (termo usado por Perroni-Simões), a imitação, ou a retomada da fala do adulto pela criança, ou melhor ainda, a especularidade, pode ser descrita como sendo a substituição de um significante por outro, contribui para que se abra o espaço necessário para a descrição do lingüístico. Torna-se claro para mim porque este espaço está no estruturalismo.

A noção de especularidade diferida parece estar recuperada pelos processos metafóricos e metonímicos propostos por De Lemos (1992), mas, fundamentalmente, trata-se de saber dizer e entender que a especularidade diferida não é o processo metafórico e metonímico. A especularidade diferida apresentava uma limitação para a análise lingüística da fala da criança. Os processos metafóricos e metonímicos parecem suprir, ou melhor, acomodar este inconveniente.

A ANÁLISE DO 'CORPUS' DE M

Inicialmente, observou-se na fala de M algumas ocorrências com formas que precederam o conjunto de erros com verbos de alternância vocálica, anteriores ao uso da desinência /o/ para 1a. pessoa do singular. O fenômeno em questão poderia ser descrito como sendo determinado pela especularidade ou, como esta pode ser encontrada nos processos de ressignificação. As ocorrências, abaixo relacionadas, apontam para a incorporação de fragmentos da fala do outro na fala de M. A abrangência de tal fenômeno é grande, não se restringindo apenas às formas que poder-se-ia classificar como verbos, obviamente.

1- 2;00.06

(início de gravação)

I: Ah, gostô da fita, né M? Adora a caixinha!

M: Adóá.

2- 2;01.11

(M, e Dani brincam de fazer de conta que derrubam um balde de água nas pessoas presentes: S e I)

Dani: Molha tua mãe agora!

M: Ô móla tua mãe.

3- 2;02.20 (diário)

(Dani dá comida para M que já não quer mais comer)

Dani: A Marcela come feijão, come arroz, come carinha!

M: Eu cóme aóis, cóme caininha.

Dani: Come salada.

M: Come saada não.

Dani: Come sim! Saco, mãe!

S: Mais um pouquinho que eu tô fritando bife.

4- 2;01.00 (diário)

Mari: (berrando do corredor) Mãe, desce a Marcela de elevador.

M: Eu desce icada. Qué/quéo icada (choraminga).

As ocorrências acima têm somente o propósito de demonstrar a abrangência do fenômeno. Tal fenômeno, acredito, teria sido interpretado por Perroni-Simões, como

sendo o “uso de 3a. pessoa precedendo o de 1a.”. Foi também a partir desta observação que a autora e Stoel-Gammon (1977) chegaram a hipotetizar que a criança derivaria a forma de 1a. pessoa, a partir da de 3a. pessoa. Acredito, no entanto, que este fenômeno pode receber uma outra interpretação. Interpretação esta, que aponta para o fato de ser ele indicativo da dependência dialógica que se estabelece na fala da criança, com relação à fala do outro. Há, sim, o uso da forma verbal em 3a. pessoa, antes do de 1a., como observou Perroni-Simões. Mas, tomando-se o diálogo como unidade de análise, não há como ignorar que, na fala da criança a origem dos verbos em 3a. pessoa está na fala do outro, sendo portanto, um fato que pode, sem qualquer entrave, ser recoberto pelo processo de especularidade, ou melhor, pelos processos de ressignificação, propostos por De Lemos (1992). Há nestas ocorrências somente uma relação de semelhança entre as falas de M e do outro.

O conjunto de ocorrências com os erros nos verbos que apresentam alternância vocálica é grande e, compreende vários verbos, a saber: consertar, escrever, poder, descer, fugir, conseguir, tossir, dormir, cuspir, pedir, medir, beber, mexer, comer e subir⁶.

O verbo que, no período analisado, apresenta maior número de ocorrências é **dómo**. A primeira ocorrência registrada aparece aos 2;07.11 e a última selecionada para a dissertação aos 3;04.21. Veja a próxima ocorrência.

5- 2;07.11

(I havia esperado muito tempo para que M acordasse à tarde para poder gravá-la)

I: Cê sabia que cê dorme muito?

I: Cê sabia que cê dorme muito, dona Marcelinha?

M: Ô **dómo**.

I: Cê sabia que cê dorme muito?

M: Ô chabia.

I: Por que? Por que cê dorme tanto assim?

M: Puque eu **dómo**.

Dómo, na fala de M, aparece logo após a fala de I, que apresenta **dorme**. A fala de I é ressignificada em **dómo**, para que M responda falando de si mesma. Há, ainda, a marcação pronominal **ô, eu** para M. A retomada da fala de I, na fala de M, não se esgota nesta ocorrência, uma vez que, como já se disse anteriormente, ela não se restringe aos verbos. Dados semelhantes a **dómo** são registrados nas sessões seguintes, aos 2;08.24, 2;09.03 (d), 2;09.04, 2;09.25 e 2;10.12.

Aos 2;09.13 aparece, pela primeira vez, **durmo**, só que dito imediatamente após o enunciado de I, e, o mais surpreendente, exatamente com a mesma entonação desta:

6- 2;09.13

(M e I estão no quarto de M)

⁶O leitor poderá ter acesso a todas as ocorrências consultando o Apêndice de dados da dissertação de mesmo nome que este artigo.

I: Ai, aqui que é o meu bercinho?

M: Não.

I: É aqui que é o meu bercinho?

M: Não.

I: É minha caminha?

M: Não.

I: De quem que é?

M: É meu.

I: Não é!

M: É.

I: A sua é lá no outro quarto. Onde cê dorme?

M: Aqui.

(M bate sua mão indicando sua nova cama, mas ainda não usada por ela)

I: Eu **durmo!**

M: Eu **durmo!**

I: Eu durmo aqui!

M: Intão a minha filhinha é minha!

Será que poder-se-ia concluir que **dumo** na fala de M, tenha correspondido a um acerto? Não se pode desprezar a entonação com que foi dito, nem tampouco ignorar que tenha sido após a fala de I. Note-se, além disto, que M continua a dizer **dómo** nas sessões seguintes: 2;09.25, 2;10.12, 2;10.23, 2;11.10 e 3;00.17 (v. também no Apêndice da dissertação).

Tem sido uma afirmação de consenso entre os pesquisadores da área, a de que pode haver uso anterior ao conhecimento, ou seja, a criança exibe em sua fala inicial, formas ou estruturas aparentemente corretas, mas estas têm o estatuto de não-analisadas. Na realidade, nada mais são que ressignificações da fala do outro. Fundamentais são elas como ponto de partida sobre o qual se abrem as possibilidades para o estabelecimento de relações lingüísticas na fala da criança, e posterior cristalização em paradigmas.

Na ocorrência acima, pode-se depreender que M não está fazendo uso de uma regra de flexão, como defendeu Perroni-Simões (1976). Se assim o fosse, uma vez “aprendida” a regra, M passaria a empregá-la consistentemente, o que não ocorre. Contudo, este “acerto”, na fala de M, **dumo**, em nada é diferente das ocorrências anteriores ao conjunto dos erros: trata-se da ressignificação da fala de I através de um processo metafórico. Trata-se de uma ressignificação, que repõe o mesmo significante da fala do outro na fala de M. O **dumo** indica estar mantido o mesmo tipo de relação entre as falas de M e I que poderia ser descrito como processo de especularidade ou processo metafórico inicial. O movimento geral é de retomada, ou melhor, de ressignificação da fala de I. Indicaria, sim, se quisesse, um “retrocesso” com relação as ocorrências com **dómo**. Quando a fala de I era ressignificada, como em **dómo**, havia, além da manutenção da semelhança com a fala de I (a abertura da vogal do radical), a substituição da desinênciade de pessoa, que marcava a diferença com a fala desta. A

ressignificação provocava um efeito de diferença. No caso de **dumo**, só há a semelhança. A criança fala de si, resignificando fragmentos da fala do outro.

Com **conhecer**, outro verbo desta classe, pode-se surpreender um fato interessante que aponta para a interpretação necessária do fenômeno da alternância vocálica na fala de M, por processos de resignificação. Explicando melhor: a fala do outro não aparece imediatamente anterior à de M, com a vogal do radical aberta, neste verbo, mas vem resignificada por processos metafóricos e metonímicos. Assim, na fala de M não mais se observa a dependência total ao **conhéce**, que virtualmente, poderia estar presente no diálogo, o que seria, dentro do quadro teórico que elegi, interpretado como tratando-se de um processo especular imediato, para usar a terminologia que descreve os processos dialógicos. Antes, o **conhéço**, resignificado na fala de M, revela discursivamente, também, outra dependência, a forma latente, a origem do processo, na manutenção da abertura da vogal do radical. Se, como se vem tentando defender, a criança exibe na sua fala sinais de uma autonomia progressiva, é de se esperar que suas produções não sejam eternamente especulares, gerando somente o efeito de semelhança com relação à fala do outro. Veja a ocorrência:

7- 2;09.13

(M pega o violão)

M: Eu vô tocá.

S: Qual é essa? Não conheço.

M: Mas eu **conhéço**.

S: Então canta pra vê qual que é, que eu não sei.

(M toca ao seu modo o violão)

A resignificação que faz da fala do outro, é o eco presente na fala de M, revelado pela manutenção da abertura da vogal do radical - **conhéce** -. É como se fossem trazidos para sua fala, restos da fala que lhe é dirigida em outros discursos frequentes, em 3a. pessoa. Veja o mesmo em 8.

8- 2;11.29

(I, Dani e M brincam com massinha)

I: Sabia que na sua escola tem massinha?

M: Não. A minha não tem massinha.

I: Sabia que tem? Aquela que você ficô chorando, não quis entrá. Lá tinha massinha.

M: Mas a minha não tem.

I: Lógico que tem. Toda esco/

M: A Baro/ A Baroneza não tem.

I: Lógico que tem!

M: Não tem.

I: Cê que não/

M: Cê viu lá na Baroneza?

I: Lógico que eu vi! Eu conheço a escola.

M: Eu **conhêço** também, **conhêço**.

Dani: Ai, não desmonta a minha maçã.

I: Ã? Se eu o que?

M: Eu **conhêço**.

I: Não entendi, M, o que você falô. Eu conheço a Baroneza.

M: Eu também **conheço**.

Aqui, a simples retomada da fala do outro “eu conheço”, lhe garantiria o “acerto”. Julgo oportuno observar que, **conhêço**, na fala de M, pode ter provocado um estranhamento em I, manifesto por um “Ã?” e, depois, por “não entendi M, o que você falô. Eu conheço a Baroneza.”. As intervenções de I reduziram as possibilidades de ressignificações, chamando a atenção para sua própria fala. Note-se que, M no final da ocorrência diz: “eu também **conheço**.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os erros com verbos de alternância vocálica na fala de M, tais como **dómo**, **conhêço** e outros foram interpretados como resultando da dependência inicial da fala da criança à fala do outro. De acordo com a definição dos processos dialógicos de De Lemos, este fato corresponderia ao processo de especularidade. No entanto, observando o fenômeno através dos processos de ressignificação, chega-se a concluir que não se trata de outra coisa que a retomada da fala da criança da fala do outro, ou seja, de um processo metafórico inicial, se assim se pode dizer. Notou-se também que esta ressignificação, que permitia alçar os mesmo verbos em 3a. pessoa da fala do outro para a de M, baseava-se exclusivamente na relação de semelhança. Com isso, pôde-se deduzir que há semelhança porque há dependência. A fala de M não é a fala do outro, mas esta ressignificada. É preciso que se enfatize que a origem da 3a. pessoa na fala de M está na fala do outro. Se é que se pode continuar a dizer que existe uma forma básica, esta seria a fala do outro.

Mudanças aconteceram na fala de M ao longo do período observado. Isto torna-se claro com o aparecimento dos erros envolvendo os verbos de alternância vocálica. Nos erros encontrados na fala de M, tais como **dómo** e **conhêço**, observou-se que: por um lado, estas formas guardam uma relação de semelhança com a forma latente (a fala do outro, adjacente ou não à sua fala) indicando, ainda uma certa dependência da fala de M à fala do outro; por outro, guardam uma relação de diferença (o /o/ desinencial). Não há apenas semelhança, há também diferença. Mas, a relação de semelhança ainda subsiste na qualidade da vogal do radical que permanece aberta, ocorrência que, como já se disse atrás, mostra-se como desarmonia vocálica. O processo de ressignificação é metafórico no sentido de que permite, por exemplo, que, o lugar antes ocupado pelos verbos em 3a. pessoa, como por exemplo **dóme**, passe a ser ocupado por **dómo**. Um processo de substituição entre formas que ocupam virtualmente, a mesma posição na cadeia lingüística, autoriza a falar na constituição inicial de paradigma.

Dada a quantidade de formas como: **dómo, conhêço, tósson** etc., poder-se-ia supor que existiria uma única direção na maneira como a forma latente produziria formas manifestas, de modo a funcionar como um procedimento geral, que daria lugar a um único resultado univocizante. Se isto acontecesse, a forma latente teria um valor de **forma básica**, sendo que o presente trabalho pouco se distinguiria do de Perroni-Simões, a não ser pelo fato de se tomar o diálogo como unidade de análise e acolher como dado, também, a fala do outro. Será que a ressignificação se daria sempre sobre a forma de 3a. pessoa ressignificada na de 1a., quando os erros acontecem? Alguns dados de M mostram que não (v. ocorrência com **posse** p. 104 da dissertação). A direção que as ressignificações podem tomar não são nem previsíveis nem determinadas, neste momento na fala de M.

Foi possível registrar algumas ocorrências corretas, como foi o caso neste artigo de **durmo**. Elas foram interpretadas como resultado de ressignificações, onde só se observava a relação de semelhança com o termo que lhe permitiu a substituição: significantes “iguais” aos da fala do outro. Neste sentido, eles poderiam ser interpretados, não como a criança dominando uma regra, mas como indício, ainda, da dependência da fala do outro. Poder-se-ia enxergá-las como sendo até um “retrocesso” em relação ao momento identificado como o de desarmonia vocálica. Os erros indicavam que havia uma relação de diferença entre a fala de M e de seu interlocutor, na forma correta não! Se observar as idades em que estas últimas ocorrem ao lado do grupo de ocorrências, em que o erro na fala de M apareceu sem que tivesse nenhuma forma do verbo precedendo a fala do outro, ou seja, quando não há adjacência entre a fala do outro e a da criança, esta idéia pode ser fortalecida. Erros em que não se verifica a adjacência à fala do outro imediatamente anterior, acontecem em maior concentração por volta dos três anos de idade; portanto, mais tarde do que o período dos “pseudos-acertos”. Tanto estes acertos iniciais indicam a dependência, cuja ressignificação na fala de M é estabelecida com base apenas na semelhança à fala do outro, que eles convivem com os erros, que continuam a aparecer.

Os erros chamam a atenção para uma mudança: há entre a fala de M e do outro, tanto a semelhança quanto a diferença. Mas, a relação de semelhança com a fala do outro, é que parece ser a relação primitiva, que, acredito, norteia a possibilidade de ressignificações a cada momento possíveis na fala de M.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abauré, M. B. (1991). “Os estudos lingüísticos e a aquisição da escrita”. Anais do II Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem. PUC-RS, 5-16.
- Albano, E. (1990). *Da Fala a Linguagem Tocando de Ouvido*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bisol, Leda. (1987). “Harmonização vocálica, uma regra variável”. Separata do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo. Lisboa, 2. 17-40.
- _____. (1992). “Aspectos da fonologia actual”. *D.E.L.T.A.*, 8,2.263-283.
- Brown, R. (1973). *A First Language: The Early Stages*. Londres: G. Allen & Unwin Ltd.
- Bybee, L. Joan. (1985). *Morphology: A Study of the Relation between Meaning and Form*. John Benjamins Publishing Company. 49-52.

- Câmara Jr., J. Mattoso. (1964). Filologia e Gramática. J. Ozon Editor. 2a. edição. 225-226.
- _____. (1967). Princípios de Linguística Geral. Livraria Acadêmica. 4a. edição. 110-112.
- _____. (1970). História e Estrutura da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda. 2a. edição. 148-153.
- _____. (1982). Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis: ED. Vozes Ltda. 2a. edição. 104-110.
- Crusta, P. Vazques & Luz, M. A. M. (1961). Gramática Portuguesa. Madrid, Editorial Greds. 2a. edição. 335-359.
- Cunha, Celso F. (1972). Gramática da Língua Portuguesa. Fename. 3a. edição. 369-403.
- De Lemos, C. G. (1982). "Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original". Boletim da Abralim. 3. 97-126.
- _____. (1985). "Specularity as a constitutive process in dialogue acquisition". In L. Camaioni & C. T. G. De Lemos (eds), Questions on Social Explanation Piagetian Themes Reconsidered. Amsterdã: John Benjamins.
- _____. (1989). "Uma abordagem sócio-construtivista da aquisição da linguagem: um percurso e muitas questões". Anais do I Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem. PUC-RS.
- _____. (1992). "Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismo de cambio". Substratum. 1. 121-135.
- De Lemos, M. T. G. (1994). "A língua que me falta: uma análise dos estudos de aquisição da linguagem". Tese de doutoramento. UNICAMP. (inédita).
- Figueira, R. A. (1985). "Causatividade: um estudo longitudinal de suas principais manifestações no processo de aquisição do português por uma criança". Tese de doutoramento. UNICAMP. (inédita).
- _____. (1992). "Algumas considerações sobre o erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da linguagem". Anais do II Encontro de Aquisição da Linguagem. PUC-RS. 131-141.
- _____. (1992). "O processo de Reorganização no Desenvolvimento Lingüístico da Criança: Algumas manifestações na sintaxe, no léxico e na morfologia". Anais do GEL. Estudos Lingüísticos XXI. Jaú. 712-719.
- _____. (no prelo). "O Erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da Linguagem". In Castro, M. F., O método e o Dado, Ed. da Unicamp.
- _____. (a sair). "A Aquisição dos verbos prefixados por DES-. O erro como reflexo de processos reorganizacionais".
- _____. (a sair). "Erro e enigma na aquisição da linguagem". Anais do III Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem. PUC-RS.
- Jakobson, R. (1969). Lingüística e Comunicação. São Paulo: Editora Cultrix. 2a. edição. 55-62.
- Karmiloff-Smith, A. (1986). "From meta-processes to conscious access: Evidence from children metalinguistics and repair data". Cognition. 23. 95-147.
- Maldonado, R. I. (1995). "Erros na aquisição de verbos com alternância vocálica: uma análise sócio-interacionista". Dissertação de mestrado. UNICAMP. (inédita).
- Mateus, M. H. M. (1989). Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa. Ed. Caminho S.A. 2a. ed.
- Palmière, L. T. D. (inédito). "Aspectos da Aquisição do Sistema de Pronomes Pessoais e da Flexão Verbal por gêmeos".
- Perroni Simões, M. C. (1976). "Aspectos da Gramática portuguesa aos dois anos de idade". Dissertação de mestrado. UNICAMP. (inédita).
- Perroni Simões, M. C. and Stoel-Gammon, C. (1977). "The acquisition of inflections in Portuguese: a study of development of person marks on Verbs". Journal of Child Language. 6. 53-67.
- Perroni, M. C. (1983). Desenvolvimento do Discurso Narrativo. São Paulo: Martins Fontes.
- Pontes, E. (1973). A estrutura do verbo no português coloquial. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes Ltda. 2a. edição. 34-35. 54-55. 86-89.
- Wetzels, W. L. (1991). "Harmonização no sistema verbal do português: uma análise auto-segmental". Cadernos de Estudos Lingüísticos. 21. 25-48.